

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO V - Nº 996 - BRASÍLIA, SEXTA-FEIRA, 3 DE DEZEMBRO DE 1999

Senado proíbe auto-serviço em postos para evitar desemprego

Projeto aprovado ontem, que vai à sanção presidencial, prevê punição para as empresas em caso de descumprimento da lei. Objetivo é impedir que a adoção de bombas automáticas provoque dispensa de 300 mil frentistas



Senadores debateram durante duas horas o projeto que objetiva evitar desemprego em massa nos postos de combustíveis

**CASA POPULAR
PAGARÁ MENOS
TAXAS DE CARTÓRIO**

PÁGINA 3

O plenário do Senado aprovou ontem projeto de lei da Câmara que proíbe o funcionamento de bombas operadas pelo próprio consumidor em postos de combustíveis de todo o país. A matéria vai à sanção presidencial.

A discussão da proposta prolongou-se por duas horas. A maioria dos senadores destacou que o avanço tecnológico é inevitável, mas há necessidade de preservar a função social do emprego. De acordo com o parecer da senadora Heloísa Helena, favorável à aprovação, o projeto mantém o emprego de 300 mil frentistas em todo o país.

PÁGINA 3

**Projeto exige mais
clareza na propaganda
de vendas a prazo**

Aprovada em caráter terminativo pela Comissão de Assuntos Econômicos, proposta de Lúcio Alcântara vai para a Câmara.

PÁGINA 2



**IMAGEM DA TV SENADO CHEGARÁ
A TODOS OS MUNICÍPIOS DO PAÍS**

PÁGINA 5

**CARROS PODERÃO
USAR MOTOR A
GÁS NATURAL**

Comissão de Infra-Estrutura aprovou ontem projeto permitindo que qualquer veículo automotor nacional adote o gás natural como combustível.

PÁGINA 6

**CMO APROVA
VERBAS ADICIONAIS
PARA A SAÚDE**

Comissão Mista de Orçamento autorizou crédito suplementar de R\$ 1,25 bilhão no Orçamento de 1999 para a compra, pelo SUS, de medicamentos essenciais.

PÁGINA 6



O presidente Antonio Carlos Magalhães (na foto, ao lado da senadora Emilia Fernandes) participou ontem do lançamento da série Perfis Parlamentares Gaúchos, editada em conjunto pelo Senado e Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Os livros contêm os melhores discursos de grandes vultos da política gaúcha, como Getúlio Vargas, Oswaldo Aranha, João Neves da Fontoura e Flores da Cunha.

PÁGINA 2



Alcântara quer obrigar comércio a dar maior visibilidade aos encargos financeiros

Vai para a Câmara projeto que regula propaganda

O Senado encaminhou para votação na Câmara dos Deputados projeto do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que obriga os estabelecimentos comerciais a anunciarem com o mesmo destaque (visual e sonoro), em suas publicidades, o preço à vista e as formas de pagamento do valor de prestações para as mercadorias compradas a prazo. A matéria foi aprovada em caráter terminativo pela Comissão de Assuntos Econômicos e, como nenhum senador pediu para que ela fosse apreciada em plenário, foi remetida para apreciação dos deputados no dia 30 de novembro.

O projeto determina ainda que, quando a oferta do produto se referir a pagamento parcelado, também terão que ser informados, com o mesmo

destaque, o preço de venda à vista da mercadoria, o número e o valor das prestações, a taxa de juros mensal e os demais encargos financeiros a serem pagos pelo comprador.

De acordo com o relator da matéria, senador José Alencar (PMDB-MG), ao determinar maior visibilidade aos valores relativos às compras à vista e a prazo, o projeto oferece ao consumidor condições de avaliar sua possibilidade de honrar o compromisso assumido com a compra.

– Com isso, possibilita criar-se uma verdadeira consciência de cidadania, ao viabilizar, inclusive, a identificação da prática da cobrança de juros e encargos extorsivos, contrários ao interesse do país e da sociedade – argumentou José Alencar.

Comissão vota na terça relatório sobre preservação de florestas

O relatório da Comissão Mista que analisa a Medida Provisória (MP) 1.885-43 que proíbe o aumento da conversão de áreas florestais em áreas agrícolas na região Norte e parte do Centro-Oeste será votado na próxima terça-feira, às 17h. O texto conclui pela apresentação de projeto de conversão.

Os integrantes da comissão reuniram-se ontem, sob a presidência do senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), e deram continuidade aos debates sobre o assunto. Participaram da discussão, além de vários deputados federais, os senadores Nabor Júnior (PMDB-AC) e Lúcio Coelho (PSDB-MS) e a senadora Marina Silva (PT-AC).

A medida provisória determina que a supressão total ou parcial de florestas e demais formas de vegetação permanente somente será ad-



Jonas Pinheiro presidiu a reunião que deu continuidade à discussão da MP

mitida quando necessária à execução de obras, planos, atividades ou projetos de utilidade pública ou interesse social.

Determina, ainda, que as florestas que integram o patrimônio indígena também ficam sujeitas ao regime de preservação permanente.

Restringir proposta sobre MPs é ato criminoso, afirma ACM

Presidente do Senado afirma que Executivo pode assegurar governabilidade sem depender de medidas provisórias

Questionado por jornalistas sobre a possibilidade, aventada pelos líderes do governo na Câmara, de restringir a proposta de emenda à Constituição (PEC) que limita a edição de medidas provisórias (MPs), o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, reagiu em defesa das prerrogativas do Legislativo. A PEC foi aprovada na quarta-feira pelo Senado, em segundo turno, e agora se-

gue para a última votação na Câmara.

– Eu acho que isso é tão criminoso contra a instituição que eu não acredito que eles tenham dito isso. Afinal de contas, quando o sujeito, por qualquer interesse, deixa de defender a instituição da qual faz parte é melhor que ele, evidentemente, renuncie – afirmou o senador, lembrando que a Câmara já analisou a PEC.

Para Antonio Carlos, o Executivo pode garantir a governabilidade do país sem depender das MPs, pois o governo tem maioria no Congresso e pode, assim, aprovar as medidas que achar necessárias.

– O governo precisa trabalhar a base; administrar autoritariamente, para quem pregava a democracia, é intolerável – afirmou o presidente do Senado aos jornalistas.

Senado e Assembléia do RS lançam perfis de parlamentares gaúchos

A Biblioteca Luiz Viana Filho foi o local escolhido para o lançamento nacional da série *Perfis Parlamentares Gaúchos*, realizado ontem pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, e pelo presidente da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul (Alers), Paulo Odone Ribeiro. Na ocasião, os livros com discursos de Oswaldo Aranha, João Neves da Fontoura, Getúlio Vargas e Flores da Cunha, publicados em parceria pelas duas instituições, foram entregues ao público e autoridades presentes.

– Esse trabalho da Assembléia e de seu presidente de patrocinar livros sobre quatro grandes parlamentares é um sinal do temperamento gaúcho e da justiça do Rio Grande com os grandes homens públicos que fizeram a sua grandeza – afirmou o presidente do Senado, que destacou a convivência que teve com Oswaldo Aranha, “homem que poderia ter sido, inclusive, presidente do Brasil”.

Também na Biblioteca, Antonio Carlos descerrou, juntamente com os senadores gaúchos, a faixa de inauguração da exposição de fotografias “O Rio Grande dos anos 20: homens políticos e suas revoluções”. Em seguida, os convidados ao evento percorreram os painéis da mostra que retratam o período em que os parlamentares homenageados tiveram importante atuação na vida política nacional. A exposição pode ser visitada até o dia 15 de dezembro.

– Nós trazemos ao Senado um pouco de nossa história, um pouco do que so-

O presidente do Senado e parlamentares gaúchos participam do evento



mos. Pela história, não era para o Rio Grande ser Brasil. O Rio Grande é Brasil por opção, por luta. Esses quatro nomes é claro que são gaúchos, mas são brasileiros – afirmou o senador Pedro Simon (PMDB-RS), que falou em nome dos senadores José Fogaça (PMDB-RS) e Emilia Fernandes (PDT-RS) e demais parlamentares gaúchos presentes.

O ex-senador Jarbas Passarinho, o ministro do Supremo Tribunal Federal Nelson Jobim, os embaixadores de Israel e da Argentina, magistrados, deputados federais e estaduais, entre

outras autoridades, além de famílias de Flores da Cunha e de Oswaldo Aranha, participaram do evento, que teve como anfitriã a diretora da Biblioteca, Simone Bastos Vieira.

AGENDA

SEXTA-FEIRA, 3 DE DEZEMBRO DE 1999

PLENÁRIO

9h – Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: **Antonio Carlos Magalhães**
 1º Vice-Presidente: **Geraldo Melo**
 2º Vice-Presidente: **Ademir Andrade**
 1º Secretário: **Ronaldo Cunha Lima**
 2º Secretário: **Carlos Patrocínio**
 3º Secretário: **Nabor Júnior**
 4º Secretário: **Casildo Maldaner**
 Suplentes de Secretário: **Eduardo Suplicy - Lúcio Coelho**
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: **Agaciel da Silva Maia**
 Secretário-Geral da Mesa: **Raimundo Carreiro Silva**
 Diretor da Sec. de Comunicação Social: **Fernando Cesar Mesquita** (61) 311-3211
 Diretor de Divulgação e Integração: **Helival Rios** (61) 311-1150
 Diretor do Jornal do Senado: **Flávio de Mattos** (61) 311-3170
 Diretor da Agência Senado: **José do Carmo Andrade** (61) 311-3327
 Editor-Chefe: **João Carlos Ferreira da Silva**
 Editores: **Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, Djalba Lima e Sylvio Costa**
 Diagramação: **Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda**
 Revisão: **Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes**
 Fotos: **Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo**
 Arte: **Cirilo Quartim**

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: **Praça dos Três Poderes**
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
 Secretaria Especial
 de Editoração e
 Publicações

Aprovada proibição de bomba automática em postos

Projeto tem como objetivo preservar os empregos de 300 mil frentistas em todo o país. Como os senadores acolheram sem nenhuma emenda o texto definido pelos deputados, a matéria segue agora para sanção presidencial

O Senado aprovou ontem projeto de lei da Câmara proibindo o funcionamento de bombas operadas pelo próprio consumidor em postos de gasolina de todo o país. Como o projeto não sofreu modificações no Senado, ele vai à sanção presidencial.

Em seu parecer, a senadora Heloisa Helena (PT-AL) afirmou que a proibição de funcionamento das bombas de

auto-serviço irá preservar o emprego de 300 mil frentistas. "Se considerarmos suas famílias, estamos protegendo um milhão de pessoas do fantasma do desemprego", enfatizou.

O projeto prevê aplicação de multa equivalente a duas mil Ufirs ao posto de gasolina infrator e à distribuidora à qual o posto estiver vinculado. Em caso de reincidência, a multa será dobrada.



A relatora Heloisa Helena: contra o desemprego

No terceiro descumprimento da legislação, o posto será fechado.

O senador Gerson Camata (PMDB-ES) apresentou emenda prevendo que os donos de postos onde as bombas já estivessem instaladas poderiam utilizá-las pelo prazo de dois anos. "É justo que o empresário que teve visão modernizadora ao instalar os novos equipamentos disponha de tempo hábil para recuperar seus investimentos", alegou.

Depois de muito debate sobre a exigência de retorno do projeto à Câmara para nova votação, se essa emenda fosse aprovada, o que poderia resultar numa verdadeira "corrida" para instalar as novas bombas, conforme avaliação do senador Maguito Vilela (PMDB-GO), Camata decidiu retirar a emenda. O projeto terminou sendo aprovado por unanimidade.

Plenário debate efeitos da tecnologia sobre empregos

A discussão sobre as bombas de auto-serviço nos postos se transformou num debate de duas horas, em plenário, sobre a inevitabilidade do avanço tecnológico e a necessidade de preservar a função social do emprego. Para Álvaro Dias (PSDB-PR), governo e sociedade brasileiros não têm sido competentes em criar novos empregos. Ele considerou "justa" a emenda apresentada pelo senador Gerson Camata (PMDB-ES), que permite a utilização das bombas por mais dois anos exclusivamente para os donos de postos que já as adquiriram.

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) argumentou que, se a atual legislação garante o funcionamento das bombas e é aprovada outra lei proibindo, surge o problema do direito adquirido que o dono do posto terá que buscar na Justiça.

O líder do governo no Senado, José Roberto Arruda (PSDB-DF), lembrou o acordo feito entre governo e oposição para aprovar o projeto sem emendas, permitindo sua quase imediata entrada em vigor, após a sanção presidencial. "Precisamos honrar o acordo", disse, acrescentando que a Constituição já garante o direito de quem se julgar prejudicado por mudança na legislação. Roberto Saturnino (PSB-RJ) e Sérgio Machado (PSDB-CE) também lembraram o acordo.

Maguito Vilela (PMDB-GO) afirmou que, entre o empresário rico que pode perder

dinheiro e o frentista pobre ameaçado de perder seu emprego, ele vota com o empregado. Osmar Dias (PSDB-PR) disse que o governo precisa pensar em resgatar o 1,2 milhão de empregos perdidos com a importação desnecessária de algodão.

Segundo José Eduardo Dutra (PT-SE), o projeto não pode ser chamado de reacionário nem contrário ao avanço tecnológico. "As novas bombas não aumentam a produtividade, não trazem melhorias para o consumidor, sequer baixam os preços. Só o empresário ganha mais dinheiro com elas", argumentou.

Agnelo Alves (PMDB-RN) disse que, se for para preservar empregos, admitiria até a volta ao tempo da pedra lascada, em que não faltava trabalho para ninguém. Jader Barbalho (PMDB-PA) considerou o assunto sem relevância, podendo ser resolvido por portaria, sem ocupar tanto tempo dos senadores.

Jefferson Péres (PDT-AM) e José Jorge (PFL-PE) anunciaram que votariam a favor do projeto, mas constrangidos por estarem contra a modernização empresarial. Leomar Quintanilha (PPB-TO), Bernardo Cabral (PFL-AM), Eduardo Suplicy (PT-SP), Luiz Otávio (PPB-PA), Romeu Tuma (PFL-SP), Ademir Andrade (PSB-PA) e Geraldo Melo (PSDB-RN) enfatizaram que preservar 300 mil empregos era o aspecto mais relevante da questão.



Tebet frisou que a redução só valerá para "casas de pequeno porte"

Despesas para o registro de imóveis terão 20% de redução

Projeto de lei aprovado ontem pelos senadores reduz em 20% as despesas com taxas de cartório para casas construídas sob o regime de mutirão. O relator da matéria, Ramez Tebet (PMDB-MS), emitiu parecer favorável e disse que o abatimento de despesas cartorárias será concedido apenas a casas de pequeno porte, cujos terrenos não excedam a 200 metros quadrados. Tebet afirmou ainda esperar que a proposta ajude a resolver o problema habitacional do país. O projeto vai à sanção presidencial.

O Senado aprovou também outros dois projetos de decreto legislativo. Um deles aprova o texto do Convênio de Cooperação Educativa celebrado entre o Brasil e a Argentina, que também vai à sanção presidencial. O outro projeto outorga permissão à Fundação Universidade do Tocantins para executar serviço de radiodifusão em FM na cidade de Palmas. O relator, Leomar Quintanilha (PPB-TO), registrou a satisfação do povo tocaninense pela nova rádio na capital do estado, que terá fins educativos. O projeto segue para promulgação.

O projeto de lei da Câmara que dispõe sobre registros públicos, e estende ao notariado a solução adotada para os cartórios de registro, teve a sua discussão em turno único adiada para o próximo dia 15. O projeto tem parecer favorável, com adendo, do senador Jefferson Péres (PDT-AM). O objetivo da proposta é uniformizar os procedimentos cartorários em todo o país e evitar conflitos.

Cabral e Jefferson fazem homenagem à Rádio Difusora

Por iniciativa do senador Bernardo Cabral (PFL-AM), o Senado aprovou voto de aplauso à Rádio Difusora do Amazonas, que está completando 51 anos de existência. O senador Jefferson Péres (PDT-AM) associou-se à homenagem.

RESULTADO DA ORDEM DO DIA

QUINTA-FEIRA, 2 DE DEZEMBRO DE 1999

1

Projeto de Lei da Câmara nº 51, de 1999. Proíbe o funcionamento de bombas de auto-serviço nos postos de abastecimento de combustíveis e dá outras providências. Relatora: senadora Heloisa Helena.

Resultado: Lida e retirada a Emenda nº 1-Plen. Aprovado o projeto. À sanção.

2

Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 1999. Presidente da República. Acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, instituindo o procedimento sumariíssimo no processo trabalhista. Relator: senador Moreira Mendes.

Resultado: Aprovado. À sanção.

3

Requerimento nº 728, de 1999. Bernardo Cabral. Solicita seja consignado um voto de aplauso à Rádio Difusora do Amazonas pelo transcurso dos 51 anos de sua existência. Relator: senador Romeu Tuma.

Resultado: Aprovado. Será cumprida a deliberação do plenário.

4

Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 1996. Dispõe sobre a redução de despesas cartorárias com as escrituras públicas e os registros imobiliários para a aquisição de imóvel construído pelo sistema de mutirão nos programas habitacionais para famílias de baixa renda. Relator: senador Ramez Tebet.

Resultado: Aprovado, nos termos do adendo do relator para adequação à Lei Complementar nº 95, de 1998. À sanção.

5

Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 1997 (nº 474/95, na Casa de origem). Acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências. Relator: senador Jefferson Péres.

Resultado: Lido requerimento do senador Edison Lobão, solicitando adiamento da discussão da matéria. A matéria retornará à Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 15/12/99.

6

Projeto de Decreto Legislativo nº 21, de 1999 (nº 762/99, na Câmara dos Deputados). Aprova o texto do Convênio de Cooperação Educativa, celebrado entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Argentina, em Brasília, em 10 de novembro de 1997. Relator: senador Lauro Campos.

Resultado: Aprovado. À promulgação.

7

Projeto de Decreto Legislativo nº 220, de 1999 (nº 138/99, na Câmara dos Deputados). Outorga permissão à Fundação Universidade do Tocantins (Unitins) para emissora de rádio FM em Palmas (TO). Relator: senador Leomar Quintanilha.

Resultado: Aprovado. À promulgação.

Fonte: Secretaria Geral da Mesa

Causas trabalhistas de baixo valor ficarão mais rápidas

O Senado aprovou projeto de lei originário da Câmara instituindo o procedimento sumariíssimo nos processos trabalhistas cujo valor não exceda a 40 vezes o salário mínimo. Estão excluídas desse procedimento as demandas em que é parte a administração pública direta, autárquica e fundacional.

Pelo projeto, relatado por Moreira Mendes (PFL-RO), a apreciação da reclamação deverá ocorrer no prazo máximo de 15 dias de seu ajuizamento, podendo constar de pauta especial das juntas de Conciliação e Julgamento.

A matéria obteve pareceres favoráveis das comissões de Assuntos Sociais e de Constituição, Justiça e Cidadania, e não sofreu emendas, tendo tramitado em regime de urgência por acordo entre governo e oposição, anunciado, em plenário, pelo líder do governo no Senado, José Roberto Arruda (PSDB-DF). Por não



Moreira Mendes: vantagem para os trabalhadores

ter sofrido modificações durante sua tramitação no Senado, o projeto vai à sanção presidencial.

Na opinião de Moreira, uma das vantagens do projeto é evitar que os empregados sintam-se estimulados a aceitar acordos desvantajosos. "Isso ocorre em função da perspectiva de prolongamento da tramitação processual. Como os trabalhadores não têm condições de aguardar por

tempo indeterminado uma solução, acabam aceitando qualquer oferta conciliatória", explicou.

Conforme o relator, a proposta também trará economia para os cofres públicos: "Causas de pequeno valor acabam representando, em termos de gastos, mais do que o eventual resultado da sentença. Economizando nesses custos, o Poder Executivo poderá ampliar as políticas de combate ao desemprego".

Projeto que amplia o Simples será votado na quarta

Plenário aprecia proposta do senador Luiz Estevão que permite às empresas de profissionais liberais com faturamento de até R\$ 120 mil anuais optarem pelo sistema de tributação adotado pelas microempresas

O Senado vota na próxima quarta-feira projeto do senador Luiz Estevão (PMDB-DF) permitindo que empresas prestadoras de serviços profissionais com renda bruta anual inferior a R\$ 120 mil também possam optar pelo Simples – o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte. O projeto já foi aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos, mas em razão de recurso será agora deliberado em plenário.

O propósito do projeto, ao ampliar o alcance do Simples, é atender empreendimentos de pequeno porte que prestam serviços profissionais de corretor, representante comercial, despachante, médico, dentista, enfermeiro, veterinário, engenheiro, arquiteto, físico, químico, economista, contador, auditor, consultor, estatístico, administrador, programador, analista de sistemas, advogado, psicólogo, professor, jornalista,



Projeto de Luiz Estevão já foi aprovado pela CAE e agora vai a plenário

ta, publicitário e fisicultor.

Na quinta-feira, em sessão às 10h, o Senado reservou a hora do Expediente para homenagear os 50 anos de fundação da Legião da Boa Vontade, que transcorrerá no dia 1º de janeiro do ano 2000. A iniciativa é do senador Artur da Távola (RJ) e outros parlamentares.

No decorrer da semana, os senadores realizam a discussão, em segundo turno, de proposta de emenda constitucional do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que assegura aos remanescentes dos quilombos o direito de propriedade sobre as terras que ocupam. Por 60 votos a um, a matéria foi aprovada em primeiro turno na terça-feira. O Senado aprecia, ainda, na terça-feira autorização para contratação de empréstimo, pelo governo de Rondônia, no valor de R\$ 146,9 milhões, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e Ajuste Fiscal dos Estados.

CAE vota proposta que dá incentivo ao esporte amador

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) vota na próxima terça-feira sete pedidos de empréstimos para aplicação em infra-estrutura urbana e modernização administrativa, assim como o projeto do senador Pedro Piva (PSDB-SP) de incentivo ao esporte amador. Já aprovada na Comissão de Educação, a matéria destina ao Comitê Olímpico Brasileiro (COB) 2% da arrecadação bruta dos prêmios de todas as loterias federais existentes no país. Atualmente, é repassada ao comitê somente a renda líquida de um dos testes da Loteria Esportiva.

O projeto altera a chamada Lei Pelé e, segundo Pedro Piva, abrirá caminho para um efetivo fortalecimento do esporte nacional, sem recorrer à criação de incentivos fiscais e novos tipos de loterias. Para o senador, com os recursos destinados ao esporte será possível colocar em prática, também, programas que atraíam uma parcela da sociedade que

merece especial atenção: as crianças. "Em especial menores carentes que por falta de atrativo se vêem envolvidas com as drogas e com a delinquência", observou ele.

A CAE marcou para quarta-feira audiência pública destinada a discutir com os governadores da região Norte o ajuste fiscal e a formação de uma frente para a execução de políticas especiais de desenvolvimento regional. Foram convidados os governadores Jorge Viana (Acre), Siqueira Campos (Tocantins), Neudo Campos (Roraima), José Bianco (Rondônia), Amazonino Mendes (Amazonas), Almir Gabriel (Pará) e João Alberto Capiberibe (Amapá).

Com a mesma finalidade de ajudar a sanar o problema fiscal dos estados, já foram realizadas audiências públicas com governadores das regiões Centro-Oeste, Nordeste e Sul. Ainda não vieram debater o assunto no Senado governadores das regiões Norte e Sudeste.



Bancada goiana encontrou-se com presidente e relator da Comissão da Reforma Tributária da Câmara

Senadores e deputados goianos discutem o impacto da reforma tributária no estado

A bancada goiana no Senado – composta pelos senadores do PMDB Iris Rezende, Mauro Miranda e Maguito Vilela – e os oito deputados federais do partido no estado reuniram-se ontem com o presidente e o relator da Reforma Tributária na Câmara, os deputados Germano Rigotto (PMDB-RS) e Mussa Demes (PFL-PI). Em pauta, os possíveis prejuízos que Goiás pode ter com o fim dos incentivos fiscais estaduais, cuja extinção está prevista no curso da reforma.

Ficou acertado com o relator que os incentivos já concedidos serão preservados. Será negociado um prazo de transição para o fim da concessão desses incentivos. Para os senadores goianos, esses incentivos são prioritários

para compensar a concentração do desenvolvimento brasileiro nas regiões Sudeste e Sul. Uma das saídas apresentadas por Mussa Demes foi a concessão de em-

préstimos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em condições mais favorecidas como base de uma política de desenvolvimento regional.

Souto enfatiza importância do equilíbrio das contas públicas



A reforma tributária é o tema da entrevista do senador Paulo Souto (PFL-BA), que vai ao ar hoje na TV Senado, às 8h30. O senador destaca a importância da reforma tributária no equilíbrio das suas contas públicas, frisando que, se ela não for feita, o Tesouro Nacional continuará finan-

ciando os déficits governamentais.

Embora reconheça a importância da reforma, o senador entende, no entanto, que ela não deve ser votada apressadamente, devendo ser discutida amplamente por todos os setores da iniciativa privada e do governo, por trazer mudanças que vão afetar a economia do país. Paulo Souto defende, também, a aplicação gradual das normas aprovadas e o respeito aos contratos anteriormente firmados.

O único Papai Noel oficial do mundo veio da Lapônia, região da Finlândia



Papai Noel visita o Senado

O Senado Federal recebeu ontem à tarde a visita do único Papai Noel oficial do mundo, que deixou a Lapônia, na Finlândia, e pela primeira vez visitou o Brasil para homenagear o país, que no próximo ano completa 500 anos. No Senado, ele encontrou-se com os senadores Casildo Maldaner (PMDB-SC), Carlos Patrocínio (PFL-TO) e Renan Calheiros (PMDB-AL) e visitou o gabinete do senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), além de fazer uma foto oficial de sua vinda a Brasília em fren-

te ao Congresso.

Antes de vir a Brasília, o Papai Noel esteve em Santa Catarina, Paraná e Rio de Janeiro. No dia 9, ele desembarcará em Pequim, na China, a convite do governo daquele país para abrir as festas de fim de ano. No Brasil, ele também veio lançar o projeto "A verdadeira carta de Papai Noel", uma parceria entre a Worldwide Traders e os Correios, em que as crianças mandam um aerograma para sua casa na Lapônia e recebem uma resposta personalizada e um brinde.

Câmaras de vereadores irão retransmitir a TV Senado

Convênio para a reprodução do sinal, em UHF e VHF, reserva horário para que as câmaras também veiculem programação própria

O diretor-geral do Senado, Agaciel da Silva Maia, e representantes da Associação Brasileira das Câmaras Municipais (Abracam) assinaram ontem convênio para retransmissão das imagens da TV Senado aos municípios brasileiros, por meio de sinal em UHF e VHF. No mais tardar em abril, a programação poderá ser captada por municípios que, além da torre de retransmissão, tenham ou adquiram receptor capaz de decodificar o sinal específico da TV Senado.

— Este é o primeiro passo de um sonho que é a integração de todos as casas legislativas brasileiras — disse Agaciel aos vereadores, que também foram recebidos pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães.

Agaciel informou aos membros da Abracam que o senador Pedro Simon (PMDB-RS), presidente da Subcomissão de Rádio e TV da Comissão de Educação, está tratando com o Ministério das Comunicações da revogação de um artigo do Decreto 2.395. Essa mudança permitirá a veiculação de programação local pelo mesmo canal a ser utilizado na retransmissão da TV



Conforme Agaciel, convênio é "o primeiro passo para a integração de todas as casas legislativas"

Senado. O diretor considera a possibilidade de inserção de programas locais produzidos pelas câmaras de vereadores um dos maiores benefícios, para os municípios, do convênio assinado ontem.

A transmissão por sinal aberto viabilizará também o Projeto Universidade do Legislativo, que utilizará o sinal para a veiculação de um programa de ensino a distância. A TV Senado reservará três horas diárias, de 6h às 9h, para cursos e projetos de inte-

resse dos municípios. Serão ministradas aulas de Direito Constitucional e Administrativo, Processo Legislativo, Políticas Públicas, Processo Orçamentário, Direito Tributário e Financeiro, Direito Público Internacional e Meio Ambiente, entre outros.

— Trata-se de um projeto revolucionário — disse Agaciel, que falou ainda sobre a futura conexão da TV com a Internet, possibilitando aos municípios acesso ao banco de dados do Senado e, numa etapa posterior, ao da biblioteca do Congresso norte-americano.

Ele acrescentou que não haverá custos adicionais para o Senado. Os municípios deverão arcar com algo entre R\$ 20 mil e R\$ 30 mil. Será necessário pedir autorização ao Ministério das Comunicações para obter o canal VHF (que vai do 2 ao 13) ou UHF (do 14 ao 59), e adquirir equipamentos como antena parabólica receptora de satélite, cabos para interligação e retransmissor de televisão. Por sugestão de Simon, está em estudos a solicitação de uma linha de crédito ao BNDES para financiamento do projeto às câmaras municipais.

Maria do Carmo destaca programa de recuperação de usuários de drogas

Preocupada com o aumento do consumo de cocaína, especialmente entre os jovens, a senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) defendeu o apoio a projetos de recuperação de usuários de drogas existentes no país. "Antes de pensar em promover novos projetos, precisamos dar apoio a esses já existentes", sustentou a senadora, salientando a importância de que as ações envolvam não apenas governos federal, estaduais e municipais, mas também a sociedade.

Um exemplo de obra com bons resultados, conforme a senadora, é a Fazenda da Esperança, no município paulista de Guaratinguetá, onde voluntários ajudam na recuperação de jovens dependentes de drogas, tendo como base a ocupação. "O trabalho é o ponto de honra na busca do bem-estar e da justiça social. A fé e a força de vontade levam rapazes e moças a se reencontrarem com a família", disse a senadora.

Na instituição, os jovens dedicam-se a atividades que vão desde o artesanato à agricultura, e tudo o que produzem é vendido na região. A idéia, segundo a senadora, é que a fazenda



A senadora Maria do Carmo Alves pediu apoio para o projeto Fazenda da Esperança

seja auto-sustentável.

No Brasil, conforme Maria do Carmo, já existem 11 Fazendas da Esperança e uma filial foi criada na Alemanha, terra natal do frei Hans Stopel, um dos idealizadores do projeto, junto com Nelson Giovanelli, há mais de 15 anos. O resultado com os 700 jovens atendidos pela instituição é tão bom que o BNDES está financiando uma fábrica de massas na fazenda.

Projeto de Paulo Hartung consolida direitos dos idosos

Foi encaminhado às comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Sociais, para decisão terminativa desta última, projeto do senador Paulo Hartung (PSDB-ES) que inclui um capítulo referente aos direitos do idoso na lei que dispõe sobre a política nacional para a terceira idade e cria o Conselho Nacional do Idoso. O capítulo é dividido em duas seções: Dos Direitos em Geral e Dos Direitos dos



Hartung quer garantir tratamento diferenciado aos idosos carentes

idosos Carentes.

— Hoje, os direitos dos idosos estão previstos em legislação dispersa, em muitos casos em leis especiais, e muitos deles são decorrentes de liberalidades da própria iniciativa privada, razão pela qual propõe-se ressalva dos direitos já previstos na legislação em vigor — explicou Hartung.

A proposta do senador assegura aos idosos em geral, entre ou-

tros benefícios, transporte coletivo urbano gratuito a partir dos 65 anos, preferência nos setores de atendimento de órgãos e entidades públicas ou privadas, desconto mínimo de 30% nos transportes interurbanos ou interestaduais e manutenção de programas permanentes e gratuitos de vacinação contra doenças típicas da terceira idade.

O projeto estabelece direitos diferenciados para os idosos carentes, assim considerados os que têm renda própria de até três salários mínimos. Está previsto tratamento diferenciado nas áreas financeira, da saúde, da Justiça, da previdência social, de transportes interurbano e interestadual, de turismo, do trabalho e do lazer e nos eventos esportivos e culturais.

Maguito quer proibir penhora de faturamento em ações trabalhistas

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) apresentou projeto de lei estabelecendo que não poderá ser objeto de penhora, na ação trabalhista, o faturamento ou crédito da empresa executada. A proposta, que modifica o artigo 882 da Consolidação das Leis do Trabalho e beneficia apenas as empresas prestadoras de serviços, tramita em caráter terminativo na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Na justificativa da matéria, o senador diz que a Justiça do Trabalho pratica atos arbitrários ao determinar a penhora de eventuais direitos de crédito do empregador do setor de prestação de serviços, reduzindo a capacidade operacional das empresas e restringindo a gestão empresarial. "Tudo de forma ameaçadora à sua sobrevivência", acrescenta.

Maguito afirma, ainda, que os empregados da prestadora de serviço dependem do recebimento desses créditos para receberem seus salários, e, por outro lado, a empresa não conta com outros recursos para o pagamento dos encargos sociais.

Na opinião do senador, com a penhora dos créditos e do faturamento, a



Regra em vigor, diz Maguito, impede a empresa executada de pagar salários e encargos sociais

Justiça do Trabalho não estaria assegurando o cumprimento de uma dívida salarial, mas multiplicando as dívidas da empresa em relação aos seus empregados.

Além desses argumentos, Maguito sustenta que tal penhora distorce a legislação porque, segundo afirma, o Código de Processo Civil proíbe a penhora do faturamento de uma empresa, "mesmo que seja representado por um fatura, que não é título de crédito", ressalta.

Althoff propõe normas para a indenização por dano material

A indenização por danos materiais causados por prestadoras de serviços públicos deverá equivaler ao valor do conserto do bem danificado, conforme projeto apresentado pelo senador Geraldo Althoff (PFL-SC) alterando o Código de Proteção e Defesa do Consumidor. Em caso de ocorrência de dano moral, a indenização poderá variar de dez a cem vezes o valor do bem em seu estado novo, mais despesas.

Se não for possível o conserto, a in-

denização deverá corresponder ao valor integral de bem igual ou de mesmas características. De acordo com o projeto, caso não haja acordo entre as partes, o prestador de serviço ficará sujeito a multa correspondente a cinco vezes o valor do bem em seu estado novo.

Na justificativa da proposta, Geraldo Althoff observa que a simples indenização do conserto é a medida mais honesta a ser adotada por quem causou



Althoff sugere que indenização chegue até a cem vezes o valor do bem novo

o dano. "Por outro lado, se houver recusa de repará-lo a contento, o Poder Judiciário poderá punir severamente seu causador com multa e, com essa medida, repelir o alongamento na exposição de razões, em sua maioria protelatórias", ressalta o senador.

Gás natural poderá ser usado em qualquer carro

Comissão de Serviços de Infra-Estrutura aprova em primeiro turno projeto que permite a todo veículo adaptar o motor para novo combustível. Empresas estaduais de gás fiscalizarão a conversão para assegurar eficiência e segurança

O gás natural poderá ser utilizado como combustível em qualquer veículo do país, de acordo com projeto aprovado pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado. Caberá às empresas de gás estaduais, conforme prevê o projeto, fiscalizar a conversão a fim de assegurar padrões técnicos de eficiência e segurança. O projeto retorna à pauta da comissão para apreciação em segundo turno.

Os órgãos estaduais de trânsito promoverão as alterações necessárias nos certificados de propriedade dos veículos adaptados, mediante apresentação do respectivo certificado expedido pela empresa credenciada que fizer a adaptação e conversão do motor.

O projeto original é de autoria do senador Carlos Patrocínio (PFL-TO), que limitava apenas o uso do gás natural ou do GLP como combustível nos veículos com sete ou mais anos de fabricação, destinados ao transporte de produtos hortifrutigranjeiros e de leite, como forma de regularizar uma situação de fato ocorrida no meio rural.

O relator Mauro Miranda (PMDB-GO), em seu substitutivo, estendeu a possibilidade de utilização do gás natural como combustível a qualquer veículo e excluiu o gás liquefeito de petróleo, por motivos de segurança. Para ele, o uso dessa fonte de energia deve ser incentivada, sendo que a atual importação de gás boliviano irá permitir atender à demanda.

Reunião conjunta discute projeto de transposição do São Francisco

Na próxima terça-feira, as comissões de Serviços de Infra-Estrutura, de Assuntos Sociais e de Assuntos Econômicos ouvem o presidente da Companhia de Desenvolvimento do Vale do Rio São Francisco, Airson Lócio, sobre o projeto de transposição das águas do rio São Francisco. A reunião conjunta está marcada para as 18h30. Também comparecerão à audiência o secretário de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente, Raimundo José Santos Garrido, o presidente do Comitê Executivo de Estudos Integrados da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, José Theodormiro de Araújo, e o ex-chefe da Direção de Recursos Hídricos da Eletrobrás, Sérgio Barbosa de Almeida.



Preocupados com a segurança dos consumidores, senadores aprovaram substitutivo que excluiu a possibilidade de uso do gás liquefeito de petróleo em veículos automotores

Rodovia de Roraima integra Plano Nacional de Viação

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado aprovou ontem projeto do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) que inclui a rodovia estadual RR-202, em Roraima – que liga a fronteira do Brasil com a República da Guiana e a Venezuela –, no Plano Nacional de Viação. A rodovia passará a ser designada como BR-433 e receberá recursos federais.

Para o senador, a inclusão da rodovia no Plano Nacional de Viação é de vital importância para o desenvolvimento regional e de grande relevância estratégica numa região fronteiriça, inclusive por interligar, como informou, duas rodovias federais já existentes.

A comissão também aprovou projeto do senador Sebastião Rocha (PDT-AP) que altera o traçado da BR-156, no estado do Amapá. Com a alteração proposta, a rodovia vai passar pelas cidades de Marzagão e Porto de Santana. O projeto também estabelece que a rodovia deverá cruzar a cidade de Laranjal do Jari ao invés do município de Santo Antônio, conforme estava previsto no Plano Nacional de Viação.

O relator José Sarney (PMDB-AP) elogiou o projeto e informou que a extensão do traçado da BR-156 terá a sua pavimentação concluída dentro do programa Avança Brasil. Ele também apresentou emenda incluindo a cidade de Monte Dourado, no Pará, no traçado da rodovia.

Senadores elogiam trabalho de Emilia Fernandes na CI

“Um saldo positivo.” Foi como a presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) do Senado, senadora Emilia Fernandes (PDT-RS), interpretou o resultado dos trabalhos do órgão durante este ano, ao fazer um rápido balanço das atividades. Segundo informou, de março a dezembro, foram realizadas 20 reuniões para apreciação de um total de 38 matérias.

O senador Gerson Camata (PMDB-ES) destacou a atuação de Emilia Fernandes à frente da comissão e disse que ela sempre se empenhou para que

os trabalhos fossem proveitosos. Além do mais, segundo o senador, a presidente transformou a Comissão de Infra-Estrutura num palco de grandes debates nacionais.

A senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) também enalteceu a forma pela qual Emilia Fernandes conduziu os trabalhos da comissão, levando sempre em conta a produtividade e a coerência nas decisões. Em resposta, Emilia Fernandes disse que o mérito “é de todos os membros da comissão”, que apreciaram e votaram todas as matérias ligadas às atribuições da CI.

CMO aprova verba adicional para saúde no Orçamento de 99

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização aprovou ontem, por unanimidade, parecer favorável ao projeto de lei que abre ao Orçamento da Seguridade Social em execução crédito suplementar de R\$ 1,259 bilhão para o Ministério da Saúde. O relator da matéria, deputado Armando Abílio (PMDB-PB), disse que os recursos são necessários para a aquisição de matérias-primas para a produção de medicamentos essenciais à rede do Sistema Único de Saúde (SUS). O projeto será votado pelo plenário do Congresso.

O ministério também alocará, conforme o projeto, recursos na Fundação Oswaldo Cruz, para a coordenação e manutenção do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, e para a assistência médica e sanitária na rede do SUS no Fundo Nacional de Saúde. Do total de recursos, R\$ 7,237 milhões irão para a Fundação Oswaldo Cruz, R\$ 41 milhões para a Agência Nacional de Vigilância Sanitária e R\$ 1,210 bilhão para o Fundo Nacional de Saúde.

O relator ressaltou que acatou a medida na forma como veio elaborada pelo Executivo e rejeitou todas as 122 emendas propostas, pedindo ainda urgência para a aprovação dos recursos.

Na reunião, a comissão aprovou o parecer favorável do senador Romero Jucá (PSDB-RR) ao projeto de lei que abre ao Orçamento Fiscal em execução crédito suplementar de R\$ 32,839 milhões para os ministérios da Educação, Justiça e Integração Nacional.

Do total de recursos, R\$ 8,839 milhões serão destinados ao Ministério da Educação, para renovação dos computadores do Hospital das Clínicas (RS). Uma parcela de R\$ 4 milhões irá para as obras de construção da Adutora da Barragem Jucazinho e Adutora do Oeste, em Pernambuco. Outros R\$ 20 milhões serão alocados no Ministério da Justiça, para atender despesas com o pagamento parcial de dívidas decorrentes de contratos de prestação de serviços de limpeza, conservação, manutenção e segurança do Departamento de Polícia Federal.



Relatórios do Orçamento 2000 e do Plano Plurianual também serão analisados

Novos créditos suplementares serão votados na terça-feira

Na próxima terça-feira, a partir das 14 horas, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização reúne-se para examinar e votar 26 projetos de lei que dispõem sobre créditos suplementares para diversos setores, ainda pendentes para serem aprovados este ano. Os membros da comissão querem votar logo os projetos para que estes sejam submetidos e aprovados ainda este ano nas sessões do Congresso, cujas atividades deverão ser encerradas no próximo dia 15.

Além dos projetos sobre créditos suplementares, os parlamentares deverão examinar e votar, numa reunião posterior, os relatórios parciais e o relatório geral da proposta de orçamento da União para o ano 2000, bem como o Plano Plurianual para o período 2000/2003.

Na reunião da comissão realizada ontem, os parlamentares aprovaram dois pareceres favoráveis a projetos de lei dispendo sobre créditos suplementares. O primeiro, do senador Edison Lobão (PFL-MA), é para o projeto de lei que abre ao Orçamento Fiscal em execução crédito suplementar de R\$ 124,92 milhões para o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) aperfeiçoar o sistema de urnas eletrônicas.

O outro parecer, do deputado Gonzaga Patriota (PSB-PE), abre aos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social crédito suplementar no valor de R\$ 138,93 milhões em favor de diversos órgãos do Executivo e do Legislativo (Câmara dos Deputados, Senado, TCU, Advocacia Geral da União, Ministério da Justiça, Polícia Rodoviária Federal e Sudene, entre outros).

Rocha saúda Brizola, eleito um dos estadistas do século

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) parabenizou ontem o presidente do seu partido, Leonel Brizola, por ter sido eleito um dos estadistas do século pela revista *IstoÉ*. O ex-governador recebeu 23,2% dos votos dos leitores, destacou o senador, e compartilha o título com políticos como Juscelino Kubitschek – o primeiro colocado da lista de 30 nomes – Getúlio Vargas, Tancredo Neves, Ulysses Guimarães e Teotônio Vilela.

Rocha lembrou que o presidente do PDT recebeu, ao nascer, o nome de Itagiba de Moura Brizola e adotou o nome de Leonel em homenagem a Leonel Rocha, chefe da revolta de 1923 no Rio Grande do Sul. "Leonel Brizola foi jornalista, engraxate, ascensorista e jardineiro de praças até entrar na



Rocha lembrou fatos da vida de Leonel Brizola

faculdade de engenharia, quando encontrou sua verdadeira vocação – a política", disse o senador.

O senador citou fatos vividos por Brizola, entre os quais a criação da rede nacional de 104 rádios, após a renúncia de Jânio Quadros, em 1961. Na ocasião, Brizola era governador do Rio Grande do Sul e João Goulart teve a posse vetada pelos militares, o que levou Brizola a criar a chamada "Cadeia da Legalidade" e evitar um golpe de estado dividindo as Forças Armadas, relatou Rocha.

Sebastião Rocha reafirmou a admiração e o respeito por Brizola, e enfatizou a personalidade forte, o caráter reto e o espírito público do político. "Leonel Brizola sempre colocou os interesses nacionais e do povo mais pobre acima de qualquer coisa", afirmou.

Novo shopping indica confiança no MA, afirma Parga

Ao registrar a inauguração, no último dia 22, do São Luís Shopping Center, o senador Bello Parga (PFL-MA) afirmou que o empreendimento, da ordem de R\$ 45 milhões, demonstra a confiança e o otimismo dos investidores em relação ao potencial do estado do Maranhão. No evento, acrescentou,



Parga: crescimento e boas perspectivas para 2000

estiveram presentes os senadores José Sarney (PMDB-AP) e João Alberto (PFL-MA), a governadora Roseana Sarney, o prefeito de São Luís, Jackson Lago, os governadores do Piauí, Fran-

cisco de Assis de Moraes Sousa, e da Paraíba, José Maranhão, além de autoridades estaduais, membros do Judiciário, deputados federais e estaduais, vereadores e empresários.

Conforme o Bello Parga, Roseana Sarney enfatizou a confiança no Maranhão apontando que o estado registrou índices médios de crescimento de 8% nos últimos anos e tem ótimas perspectivas para 2000, quando será colhida uma safra de grãos de 2 milhões de toneladas, 55% superior ao desempenho atingido na safra de 1999.

Ademir lamenta liminar do STF sobre depoimentos na CPI

Para senador, decisão que permite a advogados falarem em depoimentos de clientes dificulta investigação sobre narcotráfico

Referindo-se à liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal que permite a um advogado manifestar-se durante inquirição de seu cliente na CPI da Câmara que investiga o narcotráfico, o senador Ademir Andrade (PSB-PA) afirmou ontem que não deveria partir daquela Corte iniciativa que dificulte a investigação de crimes tão graves.

"Não deveria ser o STF, que já tentou criar problemas para as CPIs do Senado, o órgão a querer dificultar um trabalho que tem o apoio de todo o povo brasileiro", afirmou o parlamentar. Ele manifestou seu desejo de que o ministro Celso de Mello, que concedeu a liminar, perceba a gravidade dos

Ademir Andrade: liminar dificulta investigação de crimes graves



crimes sob investigação e a aprovação que a população vem dando a esse trabalho.

Ademir Andrade informou que a CPI paralisou seus trabalhos por que, se a liminar for mantida, isso inviabiliza todos os depoimentos que ainda serão tomados. Conforme o parlamentar, essa comissão de inquérito tem exibido uma realidade assustadora, assim como o fato de que "verdadeiros facino-

ras se infiltram nos meios sociais e jurídicos do país, a fim de manter-se na impunidade".

Segundo explicou, "são elementos que ordenam mortes, contrabandeam, comandam plantações de psicotrópicos, contando com a cumplicidade de magistrados corruptos". Ele informou que, em seu estado, também há marginais que enriqueceram na impunidade, chegando a tornar-se parlamentares. "E há sempre um desembargador corrupto para dar uma liminar de liberação", lastimou.

Senador pede a liberação urgente de R\$ 1 milhão para usina do Pacal, no Pará

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) pediu que o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, libere R\$ 1 milhão para a usina Pacal, em Medicilândia (PA). Ele disse que os recursos estão contingenciados, o que está causando sérias dificuldades para a região. Em virtude desse contingenciamento, segundo o senador, empregados da usina fecharam a sede do Banco do Brasil, da prefeitura e do Incra na cidade, ameaçando com ações mais drásticas.

"O que eu temo é o agravamento

da situação, que está insustentável. E apelo aos trabalhadores para que não façam depredações", disse o parlamentar. Conforme explicou, a usina transforma cana-de-açúcar em álcool e, anualmente, precisa de ajuda governamental para funcionar. A não liberação desses recursos resultou na perda da safra de 1999, levando a bancada do estado a procurar os ministros do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Reforma Agrária, Raul Jungmann, com apelos para a solu-

ção do problema.

Segundo Ademir Andrade, há três meses Martus Tavares prometeu liberar de imediato esses recursos contingenciados, o que até agora não aconteceu. "E os 150 funcionários da usina estão há quatro meses sem receber salário, vivendo uma situação tão caótica que muitos já estão querendo invadir o Incra", informou. Ele reclamou sobretudo da "morosidade e insensibilidade do governo".

Tuma propõe conselhos comunitários para formular políticas de segurança

A importância da participação popular, por meio dos conselhos comunitários de segurança, na formulação e execução das políticas de segurança pública foi ressaltada ontem pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP). Ele lembrou que, nos Estados Unidos, essa experiência vem contribuindo de forma efetiva para sucessivas reduções nos índices de criminalidade violenta.

Romeu Tuma disse que, desde 1994, a interação polícia-comunidade "constitui o primeiro destaque do maior diploma legal criminal de toda a história daquele país, ou seja, o Ato de Controle do Crime Violento e Imposição Legal, popularmente chamado de Lei do Crime".

Os programas de interação entre a comunidade e a polícia absorveram nos Estados Unidos, entre 1997 e 1998, segundo Romeu Tuma, US\$ 3,182 bilhões de dólares apenas em verbas federais, além do que já era investido nesse campo pelos estados

e municípios com verbas próprias.

– No total, até o próximo ano, essa segurança participativa terá recebido US\$ 8,8 bilhões em verbas federais. Tais números dão idéia do gigantismo que a preocupação com o apoio mútuo entre as comunidades e as suas polícias pode atingir. Demonstram que, num esforço nacional, a maior democracia do mundo cuida de castigar os maus e premiar os cidadãos de bem com a ausência de tantos criminosos violentos quanto as ações conjuntas entre o Estado e a comunidade puderem retirar do convívio social – disse.

Tuma observou que se a segurança pública é dever do Estado, constitui também uma responsabilidade de to-



Tuma disse que essa experiência tem reduzido crimes violentos nos EUA

dos os brasileiros materializar sua participação nessa responsabilidade, estabelecendo e fortalecendo parceria com autoridades, incentivando-as a agir de maneira rápida e eficaz em proveito coletivo.

– Além do mais, os conselhos comunitários de segurança podem exercer legítima e controlada pressão sobre o Legislativo, o Executivo e o Judiciário, buscando a formulação de leis, o aprimoramento da legislação, a sua melhor aplicação e o estabelecimento de programas voltados à inibição do crime – enfatizou. Ele lembrou que, em São Paulo, há cerca de 800 conselhos acompanhando, desde sua criação legal há 14 anos, o trabalho das autoridades policiais.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO HOJE

6h55 – Senado em Pauta
7h – Saúde Todo Dia – Musculação
7h30 – Especial Unip – Maconha
7h55 – Senado em Pauta
8h – Jornal do Senado
8h30 – Entrevista – Senador Jorge Bornhausen fala sobre o Código de Defesa do Contribuinte
8h55 – Senado em Pauta
9h – Agenda Econômica – Secretária de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Lytha Spindola, fala sobre o câmbio livre e exportações
10h – Sessão Plenária (ao vivo)
15h – CPI dos Bancos (ao vivo)
18h30 – Entrevista – Senador Moreira Mendes fala sobre o combate ao narcotráfico
19h – Cores do Brasil – Amazônia (interior)
19h30 – Debate – Revitalização do Teatro Arthur Azevedo em São Luís
20h30 – Entrevista – Senador Jorge Bornhausen fala sobre o Código de Defesa do Contribuinte
21h – Jornal do Senado

21h30 – Agenda Econômica – Secretária de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Lytha Spindola, fala sobre o câmbio livre e exportações
22h30 – Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO HOJE

8h – Agenda Senado
Em seguida – Música e informação
9h – Comissão de Assuntos Sociais (ao vivo)
Em seguida – Música e informação
14h30 – Sessão Plenária (ao vivo)
Em seguida – Música e informação
19h – A Voz do Brasil
Em seguida – Música e informação
20h30 – Senado em Linha Direta – Edição Nordeste
Em seguida – Música e informação
21h – Senado em Linha Direta – Edição Norte/Centro-Oeste. Em seguida – Música e informação
21h30 – Senado em Linha Direta – Edição Sul/Sudeste
Em seguida – Música e informação
0h – Sessão Plenária (Reprise)

Suassuna lamenta que mudança cambial não tenha elevado exportações



Suassuna quer seminário sobre exportações brasileiras

Convencido de que o atual cenário das relações comerciais do Brasil com o exterior pode ser aprimorado por via legislativa, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) anunciou ontem que proporá, como presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), a realização de um seminário com a presença de autoridades governamentais e representantes dos segmentos envolvidos no comércio internacional.

Para o senador, a iniciativa se fundamenta na evidência de que, após a mudança cambial, o país, ao contrário do que esperavam as autoridades econômicas, não aumentou significativamente o volume de exportações nem alcançará um superávit na balança comercial que permita a manutenção de um nível adequado de divisas em moedas estrangeiras.

– As estimativas mais recentes indicam um resultado ao final do ano que deve variar entre um equilíbrio em zero ou até mesmo um déficit, que pode chegar a US\$ 1 bilhão, principalmente considerando que a tradição de incremento das importações no último trimestre de cada ano deverá se manter – comentou.

Ney Suassuna salientou que esses resultados diferem muito dos atingidos por outros países que também promoveram desvalorização cambial, como a Malásia, que registrou variação positiva do superávit em cerca de 150%, e a Coreia do Sul, que passou de um déficit de US\$ 3,2 bilhões para um superávit de US\$ 40 bilhões.

Em aparte, o senador Álvaro Dias (PSDB-PR) elogiou a iniciativa de Suassuna e afirmou que as empresas nacionais saíram fragilizadas do processo de abertura comercial. Jefferson Péres (PDT-AM) comentou o caso de Taiwan, que, com US\$ 15 mil *per capita* e distribuição de renda assemelhada à dos países escandinavos, nem tomou conhecimento da crise asiática. O Brasil teria muito a aprender com o modelo de Taiwan, disse.

Geraldo Cândido (PT-RJ) também fez questão de registrar que se associa à preocupação de Suassuna com a indústria nacional e destacou o caso da indústria naval, “completamente desativada”.

Álvaro Dias protesta contra processo de privatizações

Senador afirma que governo promoveu investimentos nas estatais, antes de entregá-las “generosamente” a empresas estrangeiras

O senador Álvaro Dias (PSDB-PR) protestou, ontem, contra o processo de privatizações no Brasil. O parlamentar afirmou que até hoje espera um esclarecimento do governo sobre o modelo adotado. Para ele, trata-se de “um negócio inexplicável”.

Da tribuna do plenário, o senador disse ser impossível medir quanto o país perdeu com as privatizações. Lembrou que o governo realizou investimentos, aumentou tarifas, assumiu dívidas e diminuiu a folha de pagamento das estatais, antes de sua privatização.

– Nessas empresas, que tinham uma missão social relevante, agora ocorre o contrário: o apetite desmesurado pelo ganho fácil, pelo lucro facilitado pelo governo – protestou Álvaro Dias.

O senador ressaltou que o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Andrea Calabi, ameaçou, em recente entrevista, alterar os contratos de concessão de serviços públicos se as tarifas subirem de maneira demasiada. Para o parlamentar, é o primeiro integrante do governo federal a reconhecer que o modelo de privatizações é falho.

– As empresas privatizadas foram entregues generosamente a empresas



Álvaro Dias afirma que as empresas privatizadas só querem “o lucro fácil”

estrangeiras, como uma espécie de presente de casamento real – comparou o senador. Ele lembrou que esses contratos determinam aumentos anuais de acordo com a inflação ou quando houver algum imprevisto, mas não definiu quais seriam estes imprevistos.

Álvaro Dias citou o exemplo da Cosipa, saneada a um custo de R\$ 1,3 bilhão e vendida por R\$ 300 milhões. Outro exemplo foi a privatização das empresas de telefonia, cuja venda por R\$ 22 bilhões foi comemorada pelo governo,

apesar do investimento de R\$ 21 bilhões feito nos últimos 30 meses.

O senador trouxe também o caso da Companhia Siderúrgica Nacional, vendida por R\$ 1,05 bilhão. Desse valor, no entanto, R\$ 1,01 bilhão foi pago em “moedas podres e títulos públicos que têm deságio no mercado de 50%”, comentou Álvaro Dias. Ele protestou ainda pelo fato de essas moedas podres terem sido financiadas em condições privilegiadas pelo BNDES.

O senador lembrou que o governo do Paraná anuncia a privatização do banco e da companhia de energia estaduais. O governo paranaense tomou empréstimo de R\$ 5 bilhões para sanear o Banestado, que deve ser ofertado por cerca de R\$ 400 milhões, afirmou.

– Se um empresário pedir um empréstimo de R\$ 500 milhões para sanear uma empresa e vendê-la por R\$ 100 milhões, será acusado de loucura plena. Vamos chamar o governo de quê? – perguntou o senador.

O discurso de Álvaro Dias teve um aparte do vice-presidente do Senado, senador Geraldo Melo (PSDB-RN), que pediu apoio para seu projeto disciplinando a privatização de empresas de saneamento.

Suplicy pede informações sobre acordo do Banespa

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) manifestou ontem sua estranheza com o fato de os termos do acordo de venda de ações do Banespa, pelo estado de São Paulo para o governo federal, publicados na imprensa, serem diferentes do projeto aprovado no Senado a esse respeito.

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, considerou o fato relevante, tomando a iniciativa de solicitar ao Ministério da Fazenda cópia do acordo, para que o Senado possa comparar suas cláusulas com o documento que foi negociado e aprovado na Casa.

“Mudanças no comércio devem considerar o ser humano”

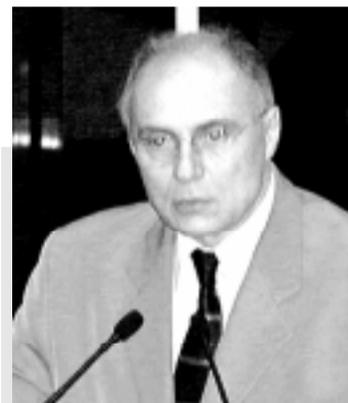
Os recentes protestos na cidade norte-americana de Seattle contra a política da Organização Mundial do Comércio (OMC) foram citados ontem pelo senador Eduardo Suplicy como indicadores de que as mudanças a serem introduzidas pela organização no comércio mundial não poderão ser feitas sem considerar o ser humano.

Vários fatores devem ser levados em conta na análise das manifestações, na opinião de Suplicy. Em primeiro lugar, o número de manifestantes (50 mil pessoas) e a força com que agiram, levando ao cancelamento da cerimônia de

abertura, onde falaria a secretária de Estado dos Estados Unidos, Madeleine Albright. O prefeito de Seattle chegou a decretar o toque de recolher, fato que não ocorria desde a Segunda Guerra Mundial.

– Desde os anos 60, não se viam nos EUA manifestações tão aguerridas, fazendo lembrar os grandes atos contra os direitos civis e a Guerra do Vietnã – disse o senador.

Mas para Suplicy é importante levar em conta também que o protesto foi realizado nos Estados Unidos, onde a economia cresce sem parar há vários



Eduardo Suplicy estranha que acordo publicado seja diferente do aprovado pelo Senado

anos, com taxas de desemprego de 4,2%, as mais baixas em três décadas. Ocorre que nos EUA, a despeito do crescimento que beneficia os mais ricos, uma ampla faixa da população, sobretudo formada por imigrantes informais, é explorada em setores como a lavoura de frutas.

Os Estados Unidos, ressaltou o senador, pretendem que a OMC imponha a países como o Brasil leis trabalhistas tão flexíveis quanto as que vigoram em território norte-americano que possam permitir um fluxo ainda mais livre do capital, dos bens e serviços do que já ocorreu até o momento em função do processo de globalização.

Valadares proporá transposição do Tocantins

A transposição de águas do rio Tocantins para a bacia do São Francisco será proposta pelo senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) na audiência pública que poderá



Transposição do Tocantins custa menos, diz Valadares

contar com a presença do ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra, e será realizada na próxima terça-feira, às 18 horas, pelas comissões de Assuntos Econômicos (CAE), de Serviços de Infra-Estrutura (CI) e de Assuntos Sociais (CAS).

Ao fazer o anúncio ontem, Valadares disse que, muito mais barato que a transposição pura e simples de águas do São Francisco, o transporte de águas do Tocantins para a bacia do rio São Francisco poderá regularizar a vazão desse último.

Cândido apóia evento contra o neoliberalismo em Belém

O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) registrou ontem que cerca de 5 mil militantes de todo o mundo reúnem-se no II Encontro Americano pela Humanidade, a ser realizado de 6 a 11 deste mês, em Belém (PA). Ele informou que o evento, contra o neoliberalismo, dá sequência ao encontro de 1996, realizado em Chiapas, no México.

Segundo o senador, os participantes demonstrarão a falência do pensamento neoliberal e deixarão claro que existem alternativas ao atual figurino do sistema capitalista. Na avaliação de Cândido, não é democrático um sistema em que, segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), 1 bilhão de pessoas estão desempregadas e 1,2 bilhão passam fome.



Cândido lembra que 1 bilhão de pessoas passam fome